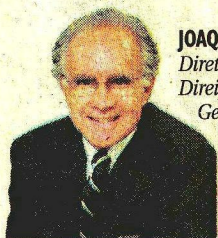


P.17

# Os donos da crise e das palavras



**JOAQUIM FALCÃO**  
Diretor da Escola de  
Direito da Fundação  
Getúlio Vargas (RJ)  
e membro do  
Conselho  
Nacional de  
Justiça

**N**ão há campo de batalha maior do que aquele onde se disputa o significado das palavras. Onde se decide o que as palavras querem dizer. Pois cada palavra não tem apenas um sentido. Tem vários sentidos possíveis. Desejar um “bom-dia” pode significar desejar múltiplos e diferentes “bons-dias”. O mesmo ocorre com palavras como democracia, justiça, igualdade e raça, cujos significados são preenchidos a partir da disputa entre diferentes e divergentes concepções ideológicas. Quem ganhar essa batalha semântica será o dono da palavra. Poder maior não há. Não mais precisará se preocupar com o modo como a sociedade vai usá-la nem para que vai usá-la. Todos serão seus súditos. O jogo estará ganho de antemão. Na economia também.

O principal campo de batalha da teoria econômica é, justamente, o campo onde se determina o significado dos conceitos econômicos. Onde as teorias disputam entre si e uma ganha das outras. Esse é o poder divino das teorias. O resto é silêncio.

A ortodoxia econômica, como diz Bresser, tem sido campeã em determinar o conteúdo de

termos contábeis e econômicos. Por exemplo: o Brasil, disse um ex-ministro da fazenda do Chile, é o único país onde juros da dívida pública não são considerados despesa para o governo. Não entram para o cálculo do déficit público. Para essa mágica, os ortodoxos inventaram diferentes tipos de déficits públicos: um é o primário, que é o foco da política de redução dos gastos públicos, segundo o qual os juros não são despesas. Mas há também o déficit público nominal, no qual os juros entram, mas, em compensação, se cristalizam como uma despesa-destino irreversível. Ou seja, para efeitos de redução do gasto público, o conceito de déficit público foi apropriado pelo conceito de déficit primário.

A apropriação da moda em tempos de crise é a expressão “economia real”. Essa expressão tem sido usada para criticar o sistema financeiro, que seria a “economia irreal”. Nada a opor. Só que ela é tão abrangente que leva de roldão a economia informal também.

O desemprego dos 600 mil anunciados na semana teria ocorrido na economia real. Uma economia que se subdivide em indústria, comércio, serviços, construção civil, administração pública e agricultura. A partir daí, o combate à crise pergunta: até que ponto a crise financeira contaminou a economia real? De acordo com a resposta, se formulam então as políticas econômicas — de proteção ao emprego, inclusive.

Mas onde ficam os trabalhadores da economia informal — cerca de 55% do total de trabalhadores do Brasil —, não incluídos neste cálculo dos 600 mil novos desempregados? O conteúdo da economia real inclui somente os minoritários trabalhadores de carteira assinada? E o resto? A maioria? Não serão eles contaminados pela crise financeira? São irreais?

O efeito da crise na economia informal não será o desemprego formal. Será o aumento da violência urbana, a explosão das favelas, a visibilidade da mendicância, saúde pública mais precária a inundar hospitais públicos, o descrédito da autoridade e por aí vamos. Esgarça-se a coesão social. Destrói-se, perigosamente, a crença na lei e na democracia, que ainda orienta a maioria dos eleitores. Se a crise exige repensar as relações entre finanças e produção, há que reconhecer de forma mais veemente que o setor informal produz. Se não empregos, pelo menos sobrevivências.

Todos reconhecem que a economia real é a soma da economia formal e da informal. Só que, até hoje, os ortodoxos não têm uma metodologia estatística consensual e consolidada para medir e delimitar a economia informal. E, sendo imensurável, é, muitas vezes, deixada de lado pelos ortodoxos do mercado.

O resultado prático dessa apropriação redutora da economia real é um vácuo de políticas públicas para proteger os trabalhadores informais na crise financeira. É como se, para os ortodoxos, donos da crise,

bastassem políticas monetárias, fiscais e de investimento. Não bastam. Essas políticas têm baixa, indireta e apenas de longo prazo influência na economia informal, que é parafiscal e de precária monetarização.

Se o Brasil sair-se melhor na crise é porque, ao contrário da ortodoxia, o governo tem se preocupado com a economia informal, toma providências efetivas, e isso não é de agora. Existe crescente consenso: a saída de cerca de 10 milhões de brasileiros da pobreza absoluta deve-se não somente à manutenção da política anti-inflacionária. Mas, também, à implantação de nova política orçamentária e salarial, como a extensão e aumento da aposentadoria rural determinada pela Constituição de 1988, o aumento real do salário mínimo e a bolsa família e seus parentes. Fatores não mercadológicos. Basicamente, a alocação de recursos orçamentários para a ponta do consumo, famílias e desempregados é direta, sem intermediários de mercado. Famílias que comeram, consumiram, cresceram a produção interna, sobretudo de produtos populares. Ajudaram a sustentar a economia dita real.

Lembra Wittgenstein: “Algumas vezes uma expressão tem de ser retirada da linguagem e submetida a processo de limpeza — só então pode ser recolocada em circulação”. A expressão “economia real” precisa de processo de limpeza, pois, às vezes, não é utilizada para representar a integralidade econômica do país. É parcial e excludente.